

TERMINOLOGIA REVISITADA
(Terminology Revisited)

Maria da Graça KRIEGER
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

ABSTRACT: The purpose of this paper is to investigate the current scenery of critical reflexions on applied and theoretical researches in Terminology. In this respect, the change from the normative paradigm, considered to be the very founder of the classic terminology, to the pragmatic – communicative approach of specialized languages is then characterized, and also the main items pointed out by the revisionary aspects are identified. At the same time, the assumptions and propositions to the establishment of a “new” terminology theory in the light of the functioning of language have been discussed. All these questionings lead to the possibility of a textual and discursive treatment of the techno-scientific terms, with relevant implications to the production of thematic reference works.

KEY-WORDS: Terminology, Lexico-terminological unit, Specialized languages, Critical revision.

RESUMO: Este artigo busca situar o panorama atual das reflexões críticas sobre os estudos teóricos e aplicados de terminologia. Caracteriza-se a passagem do paradigma normativo, fundador da teoria clássica da terminologia, para o enfoque pragmático-comunicacional das linguagens especializadas, identificando-se os principais pontos discutidos pelo percurso revisionista. Destacam-se ainda os fundamentos e as proposições para o estabelecimento de uma nova teoria da terminologia articulada à luz do funcionamento da linguagem. Com isso, abre-se a perspectiva para o tratamento textual e discursivo dos termos técnico-científicos, com importantes implicações para a produção de obras de referência temáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia, Unidade lexical terminológica, Linguagens especializadas, Revisão crítica.

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência. (Benveniste, 1989: 252)

Se a menção à terminologia evoca o componente lexical característico das comunicações especializadas, a mesma denominação recobre conceitualmente o campo de estudos teóricos e metodológicos que tem por objeto precípua o sistema denominativo das ciências e das técnicas. Ao comportar essa dupla conceituação, a própria expressão – terminologia – não se conforma ao ideal monossêmico, tradicionalmente atribuído a essa prática denominativa que estabelece o conjunto dos termos das diferentes áreas de conhecimento.

Essa prática, que integra o funcionamento da linguagem, caracteriza-se pela forte articulação do componente lexical que, por força de especificidades temáticas, constitui-se em importante recurso para a precisão conceitual. Tal precisão é uma condição necessária a um eficiente intercâmbio comunicacional entre especialistas dos diferentes ramos do conhecimento. Assim, a busca de univocidade explica o uso recorrente das terminologias nas chamadas linguagens especializadas. Isso deve-se, em muito, ao próprio caráter dos termos técnico-científicos, considerados como ideais de expressão de monorreferencialidade, de monossemia e de exclusividade denominativa.

Todas essas características, aliadas à importância do processo denominativo nas atividades de conceitualização, como bem expressa o pensamento de Benveniste em epígrafe, explicam as razões pelas quais a história da terminologia está associada à consciência dos cientistas sobre o papel das nomenclaturas científicas na fixação e na circulação do saber científico e técnico. Onde, o sentido da afirmação de que:

“Para los especialistas, la terminología es el reflejo formal de la organización conceptual de una especialidad, y un medio inevitable de expresión y de comunicación profesional.” (Cabré; 1993: 37)

A confluência dessas funções evidencia ainda que a própria unidade lexical terminológica é, simultaneamente, elemento constitutivo da produção do saber, quanto recurso de expressão lingüística que favorece a univocidade comunicacional.

O reconhecimento dessas interfaces levou o fundador da teoria terminológica, Eugênio Wüster, a considerá-la como um campo interdisciplinar, no qual a lingüística é um dos pólos de convergência, ao lado da lógica, da ontologia, da ciência da informação e das diversas “areas do saber” (Wüster; 1998: 26).

Por sua vez, essa constituição multifacetada permite diferentes aproximações ao sistema denominativo das ciências e das técnicas. Tal diversidade justifica também o surgimento de posições teóricas e metodológicas controversas quanto à natureza constitutiva e à funcionalidade dos léxicos terminológicos.

No bojo desse antagonismo, situa-se o processo de reavaliação que esta área de conhecimento está sofrendo nos tempos atuais. Mais exatamente, nesta década dos anos 90, assiste-se a uma profunda revisão crítica sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos originais da terminologia, os quais se alicerçam numa visão idealizada e normalizadora do componente lexical temático das línguas.

Ao apresentar o panorama, ou o que poderia ser compreendido como o estado da arte das controvérsias que presidem os estudos teóricos da terminologia, este artigo visa a destacar os principais pontos nevrálgicos sobre os quais o debate se situa. Em verdade, há uma série de fatores que respondem pelo forte movimento de reavaliação dos princípios da terminologia clássica. Alguns equacionam-se à luz da trajetória dos estudos da linguagem, outros explicam-se sob o prisma de paradigmas científicos, culturais e tecnológicos da contemporaneidade. O revisionismo que atinge a área está, inclusive, permitindo fixar as bases para uma teoria lingüístico-comunicacional da terminologia.

Limitado a esse enfoque principal, este artigo não tem a pretensão de retomar as particularidades das diferentes correntes terminológicas. Entretanto, à guisa de ilustração, é interessante lembrar que, no caso da terminologia, encontram-se desdobramentos pragmáticos voltados à perspectiva tradutória ou à planificação lingüística. Esta privilegia o controle dos usos terminológicos, muitas vezes, com vistas a uma política preservacionista de idiomas considerados ameaçados.

A lembrança dessas correntes, nascidas em contextos sócio-históricos particulares, evidencia a diversidade de objetivos específicos e de finalidades pragmáticas que podem presidir o manejo social dos léxicos terminológicos. Isso ainda permite observar a relação que a terminologia mantém entre princípios teóricos, propósitos políticos e aplicações práticas. Entende-se aqui a influência de um aparato metodológico, conformado ideologicamente, sobre a prática terminográfica, responsável pela produção de dicionários especializados, glossários, entre outros instrumentos de referência.

Com efeito, toda a revisão crítica que se sucede neste momento, junto aos delineamentos para uma nova teoria da terminologia, representam também uma reversão das orientações para a elaboração dos instrumentos terminográficos.

A controvérsia

Reconhecidamente, deve-se ao austríaco Eugênio Wüster a explicitação dos primeiros princípios de tratamento dos léxicos especializados. Desenvolvidas a partir dos anos 30, suas proposições vieram a constituir o que se convencionou chamar de Teoria Geral da Terminologia (TGT).

Apesar desse estatuto, o corpo teórico fundador da terminologia corresponde melhor aos princípios de uma disciplina, cuja vocação está associada à missão de controlar e harmonizar os usos terminológicos em nível mundial, conforme preconiza a Escola de Viena. Conseqüentemente, a Teoria Geral da Terminologia assume um caráter metodológico, de natu-

reza prescritiva e normalizadora em detrimento da apreensão quanto aos modos de funcionamento dos léxicos terminológicos.

Mas, é preciso lembrar que Wüster, embora engenheiro e preocupado com a precisão conceitual, não deixou de reconhecer a face lingüística da terminologia. Tanto é assim que, além da ciência da linguagem integrar a interdisciplinaridade com que concebeu esse campo de conhecimento, também o considerou como um ramo da Lingüística Aplicada. Tal reconhecimento reflete-se no quadro de apreensão dos mecanismos de funcionamento dos termos, em especial, quando faz referência às noções de monovalência ou de univocidade:

Em sentido restrito, um termo unívoco ou monovalente é um termo que, em um contexto de discurso determinado, apenas tem um ‘significado atual’ , embora possa ser polissêmico. Por ‘contexto de discurso’ é preciso entender, ou bem o contexto da frase, ou bem a situação de discurso determinada pelas circunstâncias.

A distinção entre, por uma parte, a monossêmia, e por outro, a monovalência , ou univocidade em sentido estrito, permite limitar a exigência teórica da monossêmia em terminologia a uma única condição econômica: que os termos sejam ‘monovalentes’ , sem serem necessariamente ‘monossêmicos’ . (Wüster; 1998: 140)

Como se percebe, essas concepções são extremamente produtivas para o reconhecimento do estatuto terminológico de uma unidade lexical, um dos maiores problemas com que se defronta a pesquisa terminológica. Sem dúvida, é inegável a contribuição de Wüster para o estabelecimento dos princípios iniciais que permitiram o desenvolvimento dos estudos teóricos e aplicados da área, tanto que a TGT é reconhecida: “como um passo importante no esclarecimento da essência das linguagens de especialidade.” (Hoffmann; 1998: 30)

Não obstante as acuradas compreensões sobre os mecanismos dos léxicos terminológicos, a teoria clássica não ampliou seu poder explicativo, consolidando-se somente aquelas orientações metodológicas necessárias à produção terminográfica. Da mesma forma, se sobrepuaram as concepções normativas que auxiliaram a expandir e a consolidar a organização internacional da terminologia, sob a feição de uma lin-

guagem controlada. Não por acaso, os regramentos da ISO¹, determinados pelo seu Comitê Técnico de Terminologia, nascem sob a influência e mantêm-se na consonância dos propósitos da Escola de Viena.

Para Maria Teresa Cabré, a teoria wüsteriana:

estabelece um objeto de análise e umas funções de trabalho muito restritivas, porquanto limita o objeto às unidades unívocas normalizadoras próprias dos âmbitos científicos-técnicos, reduz a atividade terminológica à recolha de conceitos e termos para a normalização (fixação de noções e denominações normatizadas) dos termos, circunscreve os âmbitos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional. (1998: 2)

Em síntese, os limites de alcance da TGT expressam o apagamento dos aspectos comunicativos e pragmáticos, inerentes ao léxico das linguagens especializadas. Caracteriza-se, desse modo, um forte reducionismo diante do funcionamento da linguagem, aspecto que, inclusive, se tornou um dos focos principais das críticas à TGT. Certamente, encontra-se aí também uma das razões pelas quais o campo de estudos dos léxicos especializados não alcançou o devido prestígio entre os estudiosos dos linguagem.

Em realidade, até há muito pouco tempo atrás, eram raros os estudos sobre os léxicos temáticos, de fundamento lingüístico. Pioneiramente, na década de 80, Alain Rey traz um pensamento fundamental, ao asseverar que: “Na origem das reflexões sobre o nome e a denominação, base da terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido.” (1979: 3)

A particularidade do pensamento inovador de Alain Rey está na proposição de compreender a produção terminológica à luz de um ponto de vista descritivo. Mais ainda, tratar de terminologia técnico-científica é tratar de uma questão da linguagem e não de um constructo ideal e homogêneo a serviço de uma comunicação restrita ao âmbito de especialistas e isento de polissemia e de ambigüidades conceituais.

¹ A organização The International Organization for Standardization-ISO – mantém o Comitê Técnico 37, denominado Terminologia: princípios e coordenação.

Entretanto, é apenas na década de 90 que se intensificam os estudos fundamentados na complexidade que envolve o funcionamento das terminologias, tal como qualquer outra unidade da língua natural. Contribuem para esse redimensionamento, importantes investigações de lingüistas, destacando-se a preocupação sociolingüística, bem como de pesquisadores de formação filosófica e tradutológica. Há também significativas contribuições advindas da inteligência artificial que motivam a terminologia a avançar na perspectiva de estudos descritivos.

Todas elas, apresentando críticas à insuficiência da Teoria Geral da Terminologia para explicar o funcionamento dos léxicos temáticos, buscam redimensionar os estudos terminológicos clássicos, com proposições voltadas aos aspectos lingüísticos e pragmáticos dos termos.

A revisão a que os enfoques lingüísticos estão submetendo tanto a teoria, quanto as aplicações terminológicas normalizadoras, pode ser situada na tensão de duas concepções antagônicas sobre a constituição e a natureza das terminologias: de um lado, a idéia de que os termos técnico-científicos não são elementos naturais das linguagens naturais, caracterizando-se, sobretudo, como unidades de conhecimento; de outro, a compreensão de que, acima de tudo, as terminologias são unidades lexicais, e como tal, componentes naturais dos sistemas lingüísticos.

O primeiro enfoque, ao negar a naturalidade dos termos aos sistemas lingüísticos, anula a dimensão comunicativa das terminologias, a despeito de serem estas elementos das línguas naturais, cujo diferencial é o fato de expressarem conhecimentos especializados no campo das ciências e das técnicas. Além disso, a primeira das posições desconhece que os léxicos temáticos são importantes elementos constitutivos dos textos que veiculam conhecimentos especializados.

A concepção que recusa a naturalidade dos termos aos sistemas lingüísticos fundamenta-se na crença do absoluto artificialismo das terminologias. Essa crença deve-se, em larga medida, à forte presença de formantes gregos e latinos nas nomenclaturas das ciências taxionômicas, como é o caso da botânica, da zoologia e da química, entre outras.

Decorre daí a equivocada idéia de que há uma nítida fronteira entre léxico de especialidade e léxico comum e de que a terminologia é uma linguagem artificial. Essas características são muito bem observadas por Sager, para quem:

O procedimento de designação adotado pelas ciências taxionômicas se baseia na criação de linguagens artificiais que exploram a natureza sistemática e o potencial classificador da linguagem. Constroem um sistema denominativo através das nomenclaturas e que têm motivação na busca da expressão do conhecimento, de forma a fugir da ambigüidade da língua comum. (Sager; 1993: 139)

Sem dúvida, essa motivação das ciências fundadoras que as leva a uma forma particular designativa corrobora, fortemente, os argumentos de que as terminologias não pertencem à língua, muito embora a utilização de nomenclaturas consiste num recurso para provocar efeitos de precisão conceitual e assegurar uma almejada exclusividade designativa nos diferentes campos de conhecimento.

Não obstante, os termos são considerados como rótulos e etiquetas com os quais conscientemente, enominam-se os resultados das ciências e das técnicas, de modo a evitar a polissemia e as ambigüidades do léxico comum. Nesse mesmo sentido, é conhecida a afirmação de Coseriu de que as terminologias científicas e técnicas não pertencem à linguagem, posto que sua utilização visa apenas a classificações científicas, e por conseguinte, estão fora da língua como sistemas de significação. Conforme suas próprias palavras: “Para as ciências e as técnicas, as palavras são efetivamente o ‘substituto’ das coisas, isto é, desse ponto de vista, a ‘significação’ coincide com a designação, o que não ocorre na linguagem como tal.” (Coseriu; 1986: 96)

Evidentemente, uma afirmação de tal ordem restringe-se a uma certa categoria de ciência, justificando a atemporalidade do pensamento de Coseriu. No entanto, essa concepção restrita permite também compreender que o revisionismo que atinge a terminologia é influenciado pela alteração de paradigmas científicos, culturais e tecnológicos do mundo contemporâneo. Mais especificamente, o alargamento do conceito de

ciência tem importantes repercussões sobre as tipologias das unidades lexicais terminológicas que passam a assumir novas configurações morfossintáticas.

A partir dos anos 60, em razão do grande desenvolvimento do pensamento estrutural, o conceito de ciência se alarga. Com os estudos lingüísticos, antropológicos, sociológicos e psicanalíticos, sobretudo, lacanianos ampliam-se os campos de saber que alcançaram estatuto de cientificidade. Conseqüentemente, as chamadas áreas humanas do conhecimento criam terminologias específicas, ao estabelecerem seus princípios teórico/epistemológicos e desenvolverem metodologias próprias. Assim também o avanço tecnológico do mundo atual faz proliferar terminologias nos mais variados campos de especialização.

No entanto, nessas novas áreas científicas e tecnológicas, quer no domínio das humanidades e das ciências aplicadas, quer ainda nos domínios classicamente tecnológicos, as terminologias diferenciam-se daquelas das ciências, de natureza taxionômica, que instituem seus termos com grande número de formantes greco-latinos. Contrariamente, as novas terminologias confundem-se, em larga medida, com o chamado léxico comum da língua. Tanto é assim que cresce o número de sentidos terminológicos nos verbetes da lexicografia da língua comum. Com isso, os termos revelam sua naturalidade aos sistemas lingüísticos de várias formas, a iniciar pela consonância aos padrões morfossintáticos das línguas que os veiculam, independentemente de serem originais ou corresponderem a estruturas neológicas.

Para Claudine Normand, o léxico científico:

tomado na comunicação, comporta-se como qualquer outro léxico: difusão, empréstimos, analogias intervêm e são acompanhadas de mudanças de sentido, a sinonímia e a polissemia persistem, ligadas à atividade científica ela mesma; em todos os casos observa-se um trabalho constante de reformulação. (1990: 177).

Dessa forma, o alegado artificialismo dos termos não mais encontra sustentação, pois as duas grandes categorias lexicais coexistem e cruzam fronteiras nos universos discursivos dos conhecimentos

especializados. Nesse sentido, lê-se em Pierre Lerat que: “As denominações técnicas estão na língua porque são suscetíveis de serem traduzidas em língua estrangeira, mas são denominações de conhecimentos especializados, e é isto que as torna pertinentes terminologicamente.” (1995: 45)

À problemática da feição da exterioridade significativa dos termos técnico-científicos, soma-se a idéia de que estes são meras etiquetas designativas a serviço da consolidação e divulgação das ciências e das técnicas. No bojo desse pensamento, encontra-se a concepção wüsteriana de que a terminologia expressa conceitos e não significados. Ao contrário destes, que são lingüísticos e variáveis conforme o contexto discursivo e pragmático, os conceitos científicos são estáveis, paradigmáticos, universais. Tal concepção está fundamentada num modelo positivista de ciência que ainda compreende a língua científica como lugar homogêneo e transparente que tem por função única expressar as verdades científicas. Nessa ótica, o valor da unidade terminológica define-se apenas pelo lugar que ocupa na estrutura conceptual de uma especialidade. Explica-se também assim o conceito de que o termo técnico-científico é uma unidade de conhecimento, antes de que expressão lingüística.

Essa perspectiva relaciona-se ainda ao posicionamento de que a parte significativa do termo é designação de um conceito. Donde, a denominada relação biunívoca entre conceito e termo que, em última instância, reafirma a crença da teoria clássica de que o conceito precede a denominação, bem como justifica a afirmação de que a onomasiologia caracteriza o processo designativo das ciências e das técnicas. Essa direcionalidade do conceito à denominação, tomada não apenas em relação à produtividade lexical, mas também enquanto metodologia proposta para as atividades de organização terminográfica dos léxicos especializados costuma ser apresentada como o marco divisor entre as atividades de terminologia e as de lexicografia.

A importância atribuída à dimensão conceitual pela Escola de Viena, pode ser avaliada pelas próprias palavras de um de seus expoentes:

Os temas principais de uma Teoria Geral da Terminologia são: a essência dos conceitos e da formação dos conceitos; as características dos conceitos ; as relações dos conceitos dentro dos sistemas conceptuais; a descrição dos conceitos (mediante definições); a atribuição de termos e conceitos ou bem de conceitos e termos, a essência dos termos e a sua formação. (Felberg, apud Hoffman; 1998: 28)

O conjunto dessas proposições deve ser compreendido como a síntese de um lugar epistemológico com o qual a perspectiva lingüística não pode compactuar. Nesse sentido, bastaria lembrar que Benveniste demonstrou em seu célebre artigo *Categorias de pensamento e categorias de língua* que qualquer operação de pensamento recebe expressão na língua: “A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade da linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua.” (1976: 80)

As proposições inovadoras da terminologia se estabelecem à luz do princípio de que o conhecimento só pode ser produzido e apreendido mediante sua materialização nos diferentes sistemas semióticos, dentre os quais o verbal é predominante no universo das ciências e tecnologias. Com isso, os propósitos que competem a uma teoria da terminologia passam a ser assim compreendidos:

A terminologia trata de conceitos e, portanto, de estruturas de conhecimento apenas na medida em que estão representados no léxico da língua. Os conceitos são elementos da estrutura do conhecimento e , como tais, ocupam um lugar importante dentro da filosofia das ciências e das teorias cognitivas. A terminologia não tem esses propósitos. (Sager; 1993: 36)

Uma teoria da terminologia que compreende os termos como unidades linüístico-comunicacionais não terá, pois, como foco central de interesse a problemática do conceito, tal como ocorre com as ciências cognitivas, em especial, com as teorias semânticas e a própria psicologia cognitiva. Entretanto, a importância da problemática da conceituação para a terminologia reside na sua relação e nos seus efeitos sobre uma série de componentes e aspectos de interesse específico dos estudos terminológicos, conforme mais adiante será referido.

Com a identificação desse conjunto de posições antagônicas, intentou-se situar os pontos sobre os quais incide o debate atual na área de terminologia. Em primeiro plano, predominam os princípios conceituais de apreensão dos léxicos temáticos, vocacionados para a normalização em seu papel denominativo. Em contraponto, situam-se as teorizações que se assentam na recusa à dicotomia pensamento e linguagem, propugnando a compreensão dos termos como elementos naturais das línguas naturais, portanto, como unidades lingüístico-pragmáticas que participam da constituição dos discursos científicos e técnicos. Conforme afirma Hoffman:

A tendência da orientação léxica de excluir os aspectos sociolingüísticos e pragmáticos em benefício de um ponto de vista semântico, lógico ou ontológico está intimamente relacionado ao privilégio da função denominativa das linguagens de especialidade. (Hoffmann; 1998: 30)

Uma tal compreensão, basilar nas novas proposições da investigação terminológica, abala a idéia de univocidade, fundamentada nos pressupostos da monossemita terminológica, da exclusividade designativa, bem como da monorreferencialidade, propagados pela Escola de Viena.

Mas, independentemente das diferenciações entre crenças e pressupostos adotados, o antagonismo entre princípios normativos e descritivos é também revelador de propósitos pragmáticos distintos: estabelecer bases metodológicas, com propósitos de aplicação e de controle dos léxicos temáticos contrapõe-se aos fins investigativos que caracterizam os procedimentos da ciência da linguagem.

Um novo percurso

No quadro do debate que se intensificou notadamente na década de 90, como já foi referido, há algumas contribuições que se destacam, respondendo pela consolidação de um novo enfoque para a terminologia teórica e aplicada.

Cabe salientar que os trabalhos de Maria Teresa Cabré e seus colaboradores impulsionaram esse debate, sendo pioneiros na sistematização crítica e fundamentada à TGT. Nesse percurso, seus estudos têm ainda apresentado uma série de fundamentos para a elaboração de uma nova teoria da terminologia, estruturada pela sobredeterminação dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento dos propósitos normalizadores.

Esta teoria, denominada de Teoria Comunicativa da Terminologia, conseqüentemente, contempla a variação lingüística em toda sua dimensionalidade, além de estipular que:

tanto o conhecimento especializado, quanto os textos especializados, como as unidades terminológicas podem ocorrer em diferentes níveis de especialização e serem descritas em diferentes níveis de representação. Só assim, a terminologia do desejo passa a ser a terminologia da realidade. (Cabré; 1999: 126)

No percurso de renovação dos estudos terminológicos, cabe destacar as proposições em favor de uma socioterminologia, formuladas por Gaudin a partir da crítica à política normalizadora conferida ao manejo internacional da terminologia. Nesse sentido, diz ele:

Sobre esse ponto, tentaremos mostrar como, no mesmo movimento que conduziu a lingüística estrutural à sociolingüística, uma socioterminologia pode levar em conta o real do funcionamento da linguagem e restituir toda sua dimensão social às práticas languageiras concernidas. (Gaudin; 1993: 16)

Por esse caminho, Gaudin propõe que a inoperância e o artificialismo do ideal normalizador para a produção terminográfica sejam suplantados pelo exame do contexto de produção dos léxicos especializados. Ao lado do reconhecimento da variação que também presentifica-se nos diferentes usos do léxico científico e técnico, alerta para a necessidade de efetivar o necessário diálogo interdisciplinar entre as áreas de conhecimento constitutivas da terminologia. Acredita assim que a terminologia avançará teórica e aplicamente, tornando operativo seu aparato conceitual e metodológico.

De um ponto de vista aplicado, vale registrar que a consciência de que a adoção de modelos ideais de expressão científica e técnica é responsável pelo apagamento do pleno funcionamento das terminologias, determinou a reorganização terminológica no Canadá. Como se sabe, esse país impulsionou o desenvolvimento da terminologia através de sua intensa produção terminográfica bilíngüe, associada ao embate político travado em torno de suas duas línguas oficiais. O reconhecimento da inoperância dos instrumentos bilíngües de referência que não expressam a realidade dos usos terminológicos e que se produzem dentro de um espírito normalizador, com vistas ao controle dos vocabulários, determinou modificações substanciais nas ações planificadoras governamentais voltadas, especialmente, à preservação do francês. Além dessas novas orientações aplicadas, o Canadá vem contribuindo para as reflexões socioterminológicas.

Por outro lado, também já se constata uma concretização nos estudos e aplicações que levam em consideração a interrelação dos léxicos terminológicos com os contextos comunicativos em que se materializam. Mesmo que de forma ainda dispersa, essas novas pesquisas terminológicas, na busca da apreensão da constituição e do funcionamento das terminologias, têm se valido do alcance explicativo dos fenômenos da linguagem, oferecido pelas teorias do texto e do discurso.

Desse modo, a Lingüística Textual e a Análise do Discurso, junto com o desenvolvimento da pragmática e da semiótica narrativa, abrem perspectivas que permitem melhor compreender a feição e o funcionamento das linguagens especializadas. Mais exatamente, a consideração pelas formas de produção de significação, constitutivas e particulares às diferentes manifestações do homem, torna-se importante recurso metodológico para o reconhecimento do estatuto terminológico de uma unidade lexical, que sempre cobra sentido pela sua relação a um campo de conhecimento.

Essa relação, entretanto, ultrapassa a dimensão temática, vinculando-se também a categorias da ordem da textualidade e discursividade de que cada discurso especializado vale-se para se instituir. Indubi-

tavelmente, a descrição desses fenômenos auxilia numa das mais difíceis tarefas da terminologia aplicada: definir o estatuto peculiar das unidades terminológicas nos diferentes campos de conhecimento.

É também interessante registrar que a inteligência artificial, objetivando o desenvolvimento de uma terminologia informática, capaz de identificar candidatos a termo, ressenete-se da carência de aparatos descritivos que levem em conta mecanismos gerais do funcionamento das comunicações especializadas, conforme se constata:

Tratando do léxico apenas no plano paradigmático, não se alcançará nem a sutileza da malha conceptual buscada, nem a descrição da ação. Introduzir a noção de discursividade nos programas de lexicografia especializada, deixar de abordar os textos científicos como uma combinação de termos, ignorando as características semio-narrativas da prosa científica. (Szoldian; 1995: 18)

Muito embora essa ampliação seja necessária, há ainda poucos estudos nessa direção, pois mesmo os estudos terminológicos de caráter lingüístico, ainda mantêm, de modo predominante, uma visão estritamente lexical.

Mas, cabe também destacar que há reconhecidos estudos na Alemanha, no leste europeu e na Rússia que já, há mais tempo, buscam critérios identificadores dos textos especializados. Compreendem que o critério de linguagem de especialidade não pode ser apenas temático, correspondendo grosso modo, a um campo semântico.

Hoffmann, considerado o precursor desses estudos, afirma que uma linguagem de especialidade constitui-se do conjunto de todos os recursos lingüísticos que se utilizam num âmbito de comunicação. Acrescenta ainda que:

Fazem parte desses recursos todos os elementos de todos os níveis lingüísticos, – desde os sons, (as letras) até a frase – como as manifestações suprassegmentais, os princípios estilísticos, os mecanismos de organização do texto, etc. (Hoffmann; 1998: 52)

É nessa ótica que vai tratar de outros elementos não mais restritos aos fenômenos de nominalização privilegiados pela teoria clássica da terminologia, contribuindo significativamente para uma nova compreensão do funcionamento dos léxicos terminológicos.

A rigor, considerar peculiaridades constitutivas dos discursos especializados corresponde a uma outra importante reversão dos paradigmas clássicos da terminologia que opera com “o conceito de domínio, estrutura estática e conteudística, mesmo que os conteúdos apareçam hierarquizados.” (Krieger; 1998: 228)

Em síntese, a concepção de domínio de conhecimento, como contexto que confere especificidade terminológica a uma unidade lexical, desvincula as projeções do conhecimento de sua materialidade e de seu funcionamento discursivos, ao modo de uma dicotomia entre linguagem e pensamento. Mais do que cruzar a fronteira do estático, isso significa acolher o dinamismo e a complexidade dos fatos da linguagem. Assim, a passagem do domínio, ou seja, do privilégio aos esquemas conceituais das ciências e das técnicas, para o texto e o discurso consiste num dos mais importantes pontos de reversão dos estudos terminológicos.

Com essa mudança de foco, para a qual tem sido fundamentais as acuradas reflexões de Alain Rey (1973) e de Juan Sager (1993), a terminologia adquire maiores condições de operacionalidade. Aparelha-se teórica e metodologicamente de forma a poder dar conta, inclusive, do funcionamento das terminologias em contextos discursivos de distintos graus de conhecimentos especializados.(cf. Ciapuscio; 2000). Com essa perspectiva, delinea-se também o desenvolvimento de uma teoria da terminologia que efetivamente leve em consideração os fatos da linguagem em toda a sua abrangência pragmática.

Considerações finais

O profícuo debate vivido pela terminologia situa-se, em síntese, sobre dois pontos de vista distintos: de um lado, encontra-se uma visão

estática e normalizadora dos termos, expressão da dimensão conceitual sob a qual a Escola de Viena define seus princípios e métodos; de outro, a ótica lingüística que entende o funcionamento das terminologias no contexto de sua naturalidade aos sistemas lingüísticos e às formas pragmáticas de sua materialização nos textos especializados.

Isto não significa negar a inestimável contribuição da teoria clássica da terminologia que, entre outros valores, auxiliou a determinar seu objeto específico – o léxico terminológico – consolidando esse campo de conhecimento. Em virtude desse recorte específico estabelecido no interior do léxico geral, a terminologia adquiriu uma identidade própria e independente em relação à lexicologia e à lexicografia.

No entanto, esse debate, centrado na crítica aos fundamentos e métodos da escola clássica, tem sido uma significativa força motivadora do avanço teórico e prático da terminologia. Mas, é preciso compreender que não se trata de um simples renascer com o acréscimo de novas preocupações à TGT. A incompatibilidade de princípios epistemológicos entre as duas grandes correntes demonstra que os novos rumos dos estudos terminológicos não podem ser compreendidos como um mero alargamento dos objetos e do restrito alcance explicativo que caracterizam a TGT. Tanto é uma nova proposição que a distinção entre domínio e discurso, enquanto contextos de investigação, consiste num dos pontos nevrálgicos das controvérsias.

Com efeito, com a adoção de paradigmas epistemológicos distintos, assentam-se as bases para uma teoria da terminologia que privilegia os aspectos comunicativos dos léxicos e das linguagens especializadas em todos os níveis e em toda sua abrangência. Onde, a necessidade de adotar uma visão do funcionamento da linguagem com toda a sua complexidade para descrever, em melhores condições, a especificidade dos contextos discursivos nos quais as terminologias se manifestam. A constituição de todo esse aparato teórico inovador também acolhe o diálogo com a epistemologia da ciência, para ampliar seu poder explicativo.

Ao mesmo tempo, o conjunto dos princípios de uma teoria da terminologia, efetivamente de caráter investigatório, compreende sua pluralidade constitutiva, como ângulos complementares e não antagô-

nicos no propósito de dar conta do fenômeno terminológico. Sob esse eixo, convergem os aspectos lingüísticos cognitivos e sociais de que se ocupam os estudos terminológicos.

O propósito central bem como os limites deste trabalho são determinantes da exclusão de uma série de temas e de diversas implicações que afetam o campo de estudos da terminologia. Não obstante, a revisão atual permitiu visualizar que a uma teoria da terminologia que valoriza os aspectos comunicativos das linguagens especializadas, em detrimento da preocupação com o sistema denominativo das ciências e das técnicas, deverá ainda consolidar-se sob a forma de uma investigação sistemática sobre os objetos centrais de seus enfoques teórico e aplicado.

Nesse sentido, cabe destacar a importância de fazer avançar as pesquisas sobre os princípios de reconhecimento das unidades lexicais terminológicas, considerando, em especial, que os parâmetros clássicos tornaram-se insuficientes e inadequados diante da diversidade das tipologias terminológicas, em sua maioria, constituídas ao modo de sintagmas nominais. Todos os problemas relacionados à identificação dos termos recrudescem porque as unidades lexicais, de alta produtividade nesta época de acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não apenas proliferam-se intensamente, como cruzam as fronteiras dos diferentes discursos especializados. Não se pode esquecer que a ciência hoje é objeto de vivência social e de grande divulgação nos meios de comunicação.

Igualmente, o avanço de uma teoria terminológica não pode dispensar o equacionamento das questões cognitivas. Mesmo que a terminologia não tenha o propósito de dar conta da arquitetura cognitiva da faculdade da linguagem, este é um de seus temas de interesse em virtude da repercussão dessa área sobre a própria identificação dos termos e, acima de tudo, sobre a definição terminológica, que ainda carece de estudos sistemáticos. Isto para referir apenas esses dois focos de sustentação dos instrumentos terminográficos.

Na seqüência desse elo de repercussões, importa ainda lembrar que os produtos terminográficos, dicionários técnico-científicos, glossários e bancos de dados terminológicos, entre outros instrumentos de refe-

rência, refletem as relações teoria e prática no atendimento de necessidades sociais. Desse modo, sua elaboração efetuada à luz de princípios socioterminológicos consiste numa forma de evitar o apagamento das variações que os léxicos terminológicos também comportam na diversidade de seus contextos de ocorrência. Conseqüentemente, abrem-se as perspectivas para a elaboração de obras de referência que possam responder mais substancialmente às necessidades informativas sobre a linguagem que constrói o universo das ciências e das técnicas.

Embora seja ainda necessário avançar na teorização de uma série de aspectos relevantes para a consolidação de uma nova teoria terminológica, os novos parâmetros e orientações inovadores permitem constatar que, ao se ampliarem os fundamentos teóricos das terminologias, ampliam-se também as condições de instrumentação ao tratamento da profunda diversidade terminológica do mundo atual. Contrariamente ao que posições normalizadoras podem julgar, as dificuldades nas aplicações práticas tendem a diminuir com o privilégio ao enfoque comunicativo que agora se estabelece, redefinindo a reflexão sobre a natureza e o funcionamento do léxico representativo dos saberes científicos e técnicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, E. (1989) *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes.
- CABRÉ, M. T. (1993) *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida.
- _____. (1998) Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. *Actas do VI Simposio Iberoamericano de Terminologia*. Cuba (no prelo).
- _____. (1999) Una nueva teoria de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: _____. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

- CIAPUSCIO, G. E. (2000) *La Terminología desde el Punto de Vista Textual: Selección, Tratamiento y Variación*. *Organon*, 27 (no prelo).
- COSERIU, E. (1986) *Principios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos.
- GAUDIN, F. (1993) *Pour une socioterminologie*. Rouen: Publications Université de Rouen.
- HOFFMANN, L. (1998) *Lengatges d'especialitat*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- KRIEGER, M.G. (1998) A interface semiótica/terminologia no dicionário jurídico-ambiental Termisul. In: OLIVEIRA, A P. S & A. N. ISQUERDO. *As ciências do léxico*. Campo Grande: Editora UFMS.
- LERAT, P. (1995) *Les langues spécialisées*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NORMAND, C. (1990) Les mots en emploi: lexique et discours. In: ____ (org.) *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France.
- REY, A. (1979) *La Terminologie: noms et notions*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SAGER, J. C. (1993) *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid: Fundación G.S. Ruipérez.
- SZLODIAN, M. (1995) Comment revisiter la terminologie aujourd'hui? *La Banque des mots*, 7: 11-18.
- WÜSTER, E. (1998) *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.